



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Secretaria de Planejamento e Gestão**

1 Informações Gerais

Ata 4ª Reunião Ordinária Comitê do 1º Grau

Data: 11/12/23

Horário: 10h-12h

Local: Híbrida (Sala virtual Teams e sala nº 311, setor Azul, do Fórum Clóvis Beviláqua)

Pauta: Gestão documental do acervo físico e apresentação de resultados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará até o mês de novembro de 2023.

Ata elaborada por: Cíntia Carneiro Matias, Secretaria de Planejamento e Gestão.

2 Lista de Participantes

Nome	Cargo/Lotação
Marcelo Roseno De Oliveira	Juiz Auxiliar da Presidência - Assessor de Articulação Interna para o Primeiro Grau
Ana Kayrena da Silva Freitas	Juíza-Corregedora Auxiliar
Elison Pacheco Oliveira Teixeira	4º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais de Fortaleza, Magistrado escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Lena Lustosa de Carvalho Sousa	1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará, Magistrada eleita por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau
José Maria dos Santos Sales	30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Magistrado eleito por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau
Abelardo Rodrigues Cavalcante	Servidor lotado no Gabinete da Presidência, escolhido pela Presidência
Fabio José de Lima Chagas Irmão	Diretoria do Fórum da Comarca de Crateús, escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Hadjefferson Marreiro e Silva	Secretaria Judiciária de 1º Grau, eleito por votação direta entre os servidores
Antônio Marcos da Silva Araújo	2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza, eleito por votação direta entre os servidores
Nilsiton Rodrigues de Andrade Araújo	Secretário-Geral da Área Judiciária (<i>apoio técnico</i>)
Felipe de Albuquerque Mourão	Secretário de Gestão de Pessoas (<i>apoio técnico</i>)
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho	Secretário de Finanças (<i>membro titular dos comitês de 1º e 2º graus como representante da Secretaria de Finanças</i>)
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Planejamento e Gestão (<i>apoio técnico</i>)

Cíntia Carneiro Matias	Secretariado I (<i>apoio técnico</i>)
Pedro Helker Alvez de Alcântara	Diretoria do Sindjustiça
Francisco Vagner Lima Venâncio	Diretoria do Sindojud
Carlos Eduardo Oliveira de Mello	Diretoria do Sindojud
Thoyo Bráulio Ferreira Pontes	Coordenadoria de Planejamento Orçamentário-SEPLAG (<i>apoio técnico</i>)
Helga Medved	Juíza de Direito (<i>representando Dr. José Hercy Ponte de Alenar</i>)
Maria Rafaela de Oliveira	Coordenadora de Planejamento Orçamentária (<i>apoio técnico</i>)
Mário David Magalhães Soares	Gerente de Informações Estratégicas (<i>apoio técnico</i>)

3 Pontos discutidos

1. Dr. Marcelo Roseno abriu a reunião, saudando a todos, bem como mencionou os pontos a serem abordados no dia: Gestão dos documentos físicos localizados nas comarcas do interior do estado, exposição a ser conduzida pelo Secretário-Geral da área judiciária e Resultados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a ser apresentada pela Secretaria de Planejamento e Gestão.
2. Nilsiton Rodrigues de Andrade Araújo, Secretário-Geral da área judiciária, discorreu sobre a distribuição de acervo físico documental nas comarcas do interior do Estado, comarca de Fortaleza e 2º grau. Indicou que em levantamento realizado pela SEGER-JUD, o TJCE conta atualmente com acervo documental físico de 6.810.695 (seis milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e noventa e cinco) processos e que o acondicionamento de tais documentos demandaria a disposição de 511.913 (quinhentos e onze mil, novecentos e treze) caixas e quatro ou cinco galpões para organização do acervo físico, além da aquisição de ferramenta tecnológica para catálogo adequado, culminando em investimento entre R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).
3. Referente à gestão documental, o Secretário mencionou a existência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de Comissão de Gestão Documental em atendimento ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça acerca da administração do acervo físico dos órgãos judiciais, salientando que se trata de procedimento complexo com a execução de 12 etapas previstas em regulamento próprio com a finalidade de gerenciamento documental. Salientou, outrossim, acerca da previsão sobre a guarda permanente de documentos judiciais, de modo que a digitalização ou microfilmagem do acervo, não permite, de forma automática, a eliminação dos documentos físicos. Destacou, em seguida, os avanços do TJCE quanto à gestão de documentos que não compõem a tabela de temporalidade e dos administrativos.
4. No que concerne à gestão documental, prosseguiu o Secretário indicando os seguintes pontos de desafio: transporte, organização, catalogação, responsabilidade pela guarda permanente (processos judiciais); a contratação de empresa privada por custo muito elevado; necessidade de mão de obra para execução dos trabalhos; ausência de espaço físico próprio disponível para centralização documental; locação de espaço a longo prazo demonstra custo elevado.
5. Diante da apresentação do Secretário Nilsiton Rodrigues, a Secretaria de Planejamento e Gestão, Rafaella Lopes Ferreira, destacou ainda a política para extinção de servidores cedidos pelos municípios para fins de exercício da atividade-fim do TJCE, o que evidencia o obstáculo relativo à indisponibilidade de mão de obra suficiente ao transporte, organização e demais tarefas atinentes ao gerenciamento documental.

6. Ainda no que pertine à gestão documental, Dra. Lena Lustosa de Carvalho Sousa apresentou como proposta para a resolução do entrave, a digitalização dos processos físicos judiciais e posterior descarte, de forma regionalizada, ao que foi informada pelo Secretário Nilsiton Rodrigues sobre a necessidade de submissão ao procedimento em 12 etapas da Comissão de Gestão Documental, bem como a recomendação, para fins de controle mais efetivo, que os documentos físicos, após digitalização/microfilmagem, sejam removidos para galpão central.

7. Após debates e ponderações acerca de possíveis soluções da temática, a Secretaria de Planejamento e Gestão, Rafaella Lopes Ferreira, passou à apresentação dos resultados alcançados pelo Tribunal de Justiça, no ano de 2023 até o mês de novembro. No tocante aos números alcançados pelo TJCE, comparados com os mesmos períodos do ano de 2022, destacou: casos novos - aumento de 13,1% com tendências de aumento; julgamentos - aumento de 2,8%; baixas - aumento de 10% (considerados exclusivamente os baixados propriamente ditos); pendentes totais - aumento de 0,8% (pendentes de baixa + suspensos – com ênfase para a importância da correta movimentação no SAJ).

8. No que tange à produtividade por segmento (1º grau, Juizados Especiais, Turmas Recursais e 2º Grau) e por entrâncias (inicial, intermediária e final), ressaltou a Secretaria Rafaella Lopes o atendimento às metas exigidas pelo CNJ, bem como a superação do número de processos baixados com relação ao número de casos novos.

9. Relativamente aos principais resultados apontou a Secretaria: taxa de congestionamento (diminuição em todos os segmentos); índice de atendimento à demanda (meta acima dos 100%, com necessidade de avanço – impacto significativo em razão das execuções e cumprimentos de sentença); sentenças por casos novos (resultado ligeiramente inferior ao do ano de 2022).

10. Ao final da apresentação, Fábio José de Lima Chagas Irmão, da Diretoria do Fórum da Comarca de Crateús, com fundamento em experiências profissionais exitosas em Tribunal de Justiça diverso, passou a fazer algumas sugestões objetivando a diminuição do prazo de trâmite processual, tais como: intimação a ser cumprida pelo oficial de justiça do próprio juízo determinante do ato, por meio eletrônico, sem necessidade de expedição de carta precatória; intimações em massa com relação a perícias direcionadas somente aos advogados já cadastrados nos autos.

11. Por fim, Dra. Lena Lustosa solicitou a publicação da instituição do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Ceará na página do CNJ, assim como a publicação/disponibilização dos atos que regulamentam o funcionamento do comitê (competência, etc.). Dr. José Maria dos Santos Sales, por seu turno, advertiu sobre a questão da ausência/insuficiência de insumos básicos nas unidades do 1º grau (água, café, etc).

12. Finalizados os debates sobre os pontos pautados pelo Comitê, Dr. Marcelo Roseno encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

4 Encaminhamentos/Deliberações/Compromissos

Compromisso	Prazo	Responsável
1. Sem registro		

Pautas para a próxima reunião

A serem definidas

5 Aprovações

Segue ata da 4^a Reunião Ordinária Comitê do 1º Grau realizada no dia 11.12.2023 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 16.02.2024. Caso não haja proposta de modificação até tal data, a ata será considerada aprovada.